

**APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
À SAIBREIRA DO PICO DA CALHETA
FASE DE PROJECTO DE EXECUÇÃO**

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) referido em título entrou na Direção Regional do Ambiente, Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, no dia 10 de outubro de 2016. Na sequência desta receção e em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (abaixo abreviadamente designado apenas por diploma), foi constituída a respetiva Comissão de Avaliação (CA), formada pelos seguintes elementos:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), que preside à CA, representada por Filipe Pires e por Carlos Faria, responsável pela consulta pública;
- Direção de Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DSRHOT), representada por Isabel Castanho, da Divisão de Ordenamento do Território;
- Serviço de Ambiente de São Jorge, representado por Rui Sequeira;
- Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC), representada por Diamantino Oliveira.

Após apreciação da documentação remetida, a CA elaborou o presente parecer conjunto, onde a integração das componentes das várias partes foi efectuada com recurso às novas tecnologias, ou seja, por meios informáticos.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

O presente EIA diz respeito ao projeto de uma exploração de massas minerais, designada de Saibreira do Pico da Calheta, localizado na freguesia e concelho



da Calheta, ilha de São Jorge, pertencente ao empresário de construção civil José Almerindo Ramos Freitas.

A entidade licenciadora do projeto em causa é a Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, afeta à Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial. A Autoridade Ambiental é a Direção Regional do Ambiente.

Trata-se de uma exploração com uma área total de 27.686 m² em que o material é bagacina e será extraído de sul para norte dando lugar a taludes de altura variável com o máximo de 10 metros. Do projeto consta também o plano ambiental e de recuperação paisagística, conforme menciona o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho.

O projeto foi sujeito a procedimento de AIA por este se enquadrar na alínea a) do n.º 6 do Anexo II do diploma.

3. APRECIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 – Relatório Técnico (RT)

O EIA, na sua estrutura obedece, de modo genérico, às normas técnicas previstas na legislação que regula o procedimento de AIA, incluindo os documentos obrigatórios e os anexos que o proponente considerou necessários. No presente parecer, a CA pronuncia-se sobre os capítulos em que achar necessário. A ausência de comentários significa que não se tem nada a opor ao apresentado em termos de conformidade do documento.

A CA entende que devido à proximidade ao Centro de resíduos, este deveria ter sido representado nas peças desenhadas e no capítulo 4. “Caracterização da situação de referência”.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

O RNT reflete o conteúdo do EIA e na sua estrutura genericamente respeita os objetivos que se pretendem com este tipo de documento.

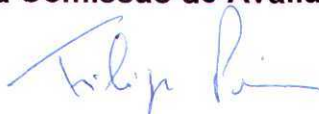
4. DELIBERAÇÕES

A CA considera que a documentação apresentada, de uma forma geral, cumpre com o exigido pela legislação e não compromete os principais objetivos da Consulta Pública, obrigatória no procedimento de AIA, pelo que a CA propõe declarar a conformidade do EIA.

Durante a Consulta Pública, nos locais onde se encontram disponíveis à população o RT e RNT devem também estar presentes os pareceres emitidos pela CA no âmbito do presente procedimento, para uma maior compreensão e transparência do conteúdo dos documentos.

Horta, 7 de novembro de 2016

P'la Comissão de Avaliação



Filipe Pires